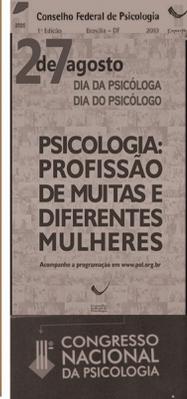




VIII CNP VEM AÍ!

pág. 16



EXPEDIENTE

XV PLENÁRIO

DIRETORIA

Humberto Cota Verona
Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Vice-presidente

Deise Maria do Nascimento
Secretária

Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Tesoureira

CONSELHEIROS EFETIVOS

Aluizio Lopes de Brito
Ana Luiza de Souza Castro
Flávia Cristina Silveira Lemos
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro
Marilene Proença Rebello de Souza

CONSELHEIROS SUPLENTES

Adriana Eiko Matsumoto
Celso Francisco Tondin
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Márcia Mansur Saadallah
Maria Ermínia Ciliberti
Mariana Cunha Mendes Torres
Marilda Castelar
Roseli Goffman
Sandra Maria de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro

PSICÓLOGAS CONVIDADAS

Angela Maria Pires Caniato
Ana Paula Porto Noronha

CONSELHEIRA RESPONSÁVEL PELO JORNAL

Ana Luiza de Souza Castro

COORDENADORA-GERAL

Yvone Magalhães Duarte

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Cristina Bravo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Cristina Bravo (MTB 494-4)

REPORTAGEM

Ayla Faria
Carolina Menkes
Daniella Jinkings
Flávia Medeiros
Lívia Davanzo

APOIO TÉCNICO

Marcos Nobre
Pablo Emílio de Mattos
Karla Pereira (Estagiária)

DIAGRAMAÇÃO

Ideorama Comunicação

ILUSTRAÇÃO

Ideorama Comunicação

2012: Um ano de comemorações

O fim do ano chegou e com ele aquela atmosfera positiva composta por novas expectativas, desejos e realizações. E 2013 já começa com novidade no ar! Vocês vão se deparar com as inovações do maior evento do Sistema Conselhos de Psicologia, o VIII Congresso Nacional de Psicologia (CNP), que acontece entre 30 de maio e 2 de junho de 2013, em Brasília (DF).

Entre as principais mudanças no CNP estão as atividades livres, organizadas por grupos de psicólogas e psicólogos, que poderão reunir colegas de seu campo de atuação e debater propostas da área para serem remetidas e referendadas nos Congressos Regionais da Psicologia. Nosso intuito é que o próximo Congresso torne o processo de construção do projeto de ação dos Conselhos ainda mais democrático e participativo!

Com o tema “Muito a comemorar, muito mais a fazer”, 2012 marcou o cinquentenário da profissão e representou os avanços conquistados, não só para a Psicologia, mas para os direitos conquistados para toda a categoria, com grande inserção da profissão nas políticas públicas e no cotidiano do povo brasileiro.

Por isso, reservamos nesse jornal um espaço especial para falar das atividades envolvendo os 50 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil. Vocês poderão observar que foram cinco décadas de desafios, mudanças, criações e reconhecimento. A profissão afirmou o compromisso de romper com a reprodução de discursos dominantes e lançou um olhar importante para a atuação de profissionais em diversos campos, sempre com o foco no respeito à complexidade e à diversidade humana.

Durante este ano de 2012, as psicólogas e os psicólogos puderam mostrar, em meio às diversas atividades comemorativas, que a atividade cresceu e se tornou madura, responsável, tomando cada vez mais espaço e voz dentro da sociedade. A prova disso está na matéria que traz a representatividade da categoria no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que abrange mais de 20 mil profissionais. Vamos mostrar onde eles estão distribuídos e como atuam!

Por falar em comemorações, a maior delas foi a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, que aconteceu

entre os dias 20 e 22 de setembro, em São Paulo. Mais de 30 mil visitantes tiveram a oportunidade de prestigiar esta grande festa. Foram três dias de atividades intensas, que fizeram do Parque do Anhembi um palco para articulação e visibilidade de práticas de profissionais de norte a sul do País, latinoamericanos e de língua portuguesa.

Em relação aos países latinoamericanos e de língua portuguesa, preparamos uma reportagem exclusiva para falar da participação de psicólogas e psicólogos dessas nacionalidades durante a 2ª Mostra. O encontro propiciou um intercâmbio de práticas e experiências e, mais do que isso, destacou a relevância que a trajetória da Psicologia no Brasil tem para estas nações.

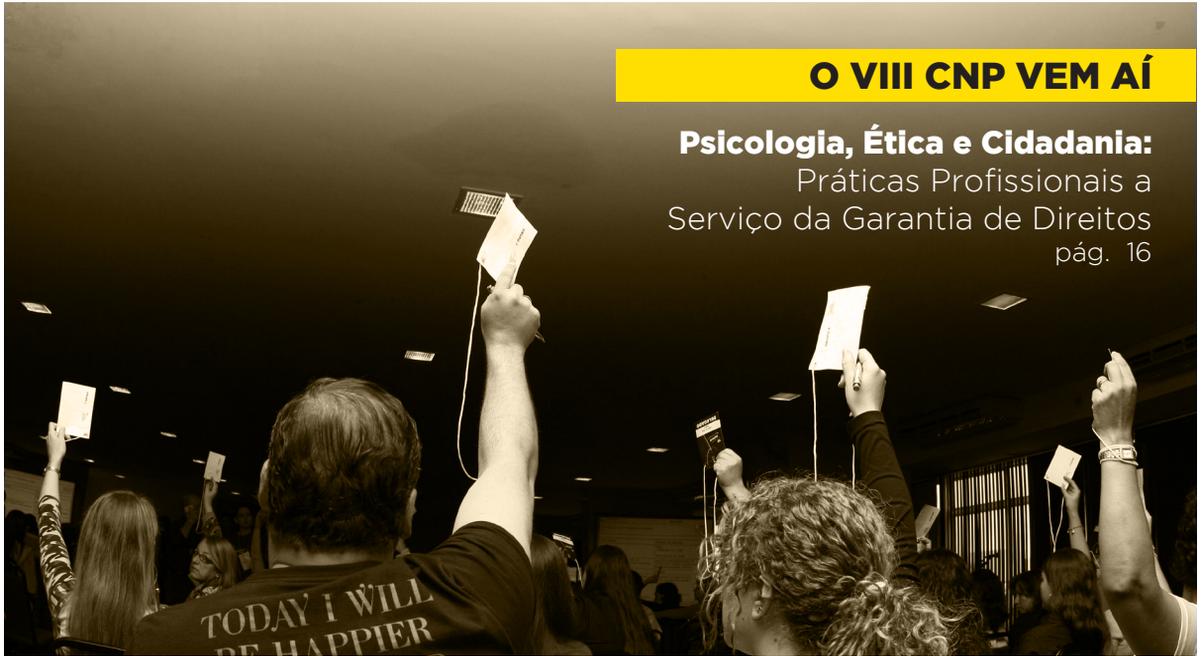
As ações da Psicologia no Legislativo também mereceram destaque nesta edição e refletiram os avanços da categoria! Em agosto, a presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que institucionaliza os processos democráticos já em funcionamento no Sistema Conselhos. O dispositivo democratiza as decisões e incorpora o Congresso Nacional da Psicologia ao Sistema Conselhos e traz a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) para dentro da Lei. O projeto inclui, ainda, a eleição direta para os conselhos Regional e Federal.

Ainda nesta edição, vamos lembrar as ações que marcaram os 10 anos da resolução sobre o racismo e as perspectivas de adaptação do documento, levando em conta o contexto atual dos movimentos sociais negros. O jornal traz também reportagens sobre a Psicologia no meio virtual e o processo que envolve as internações compulsórias, previstas em lei como uma medida extrema para o tratamento de usuários de álcool e drogas.

Depois dessa apresentação, podemos dizer seguramente que conseguimos encerrar o ano com chave de ouro! Nada disso teria a mesma importância sem o auxílio e a parceria de vocês, psicólogas e psicólogos. Portanto, para continuarmos essa jornada de sucesso, desejamos a todos um 2013 repleto de conquistas e avanços, buscando sempre a construção de uma Psicologia mais humana.

Boas festas!

Humberto Verona - *Presidente do CFP*



O VIII CNP VEM AÍ

Psicologia, Ética e Cidadania:
Práticas Profissionais a
Serviço da Garantia de Direitos
pág. 16

- 05** A maturidade dos 50 anos
- 10** Experiências compartilhadas
- 12** Psicologia brasileira conquista vagas de titular em quatro conselhos nacionais de direitos
- 13** Avanço na tramitação do PL das 30 horas
- 15** A cor do Brasil
- 16** VIII CNP vem aí!
- 19** Novas regras para serviços psicológicos realizados pela internet
- 21** Psicologia e Assistência Social de mãos dadas pela cidadania

- 23** O desafio da atuação multidisciplinar no Sistema Prisional
- 24** Alteração na Lei 5.766 é fruto de ampla discussão com a categoria
- 25** Internação compulsória como medida emergencial provoca polêmica
- 27** Câmara discute Resolução 001/99 do CFP
- 28** Após suspeitas de violações de direitos humanos, hospital psiquiátrico fecha as portas
- 29** Abep – 2012: em defesa do bem social
- 30** Processos Éticos
- 31** Agenda



A maturidade dos 50 anos

Este ano, psicólogas (os) mostraram que a profissão cresceu e tem **cada vez mais espaço e voz** dentro da sociedade.

Com o tema “Muito a comemorar, muito mais a fazer”, o ano de 2012 representou os avanços conquistados, não só para a Psicologia, mas para os direitos conquistados para toda a categoria, com grande inserção da profissão nas políticas públicas e no cotidiano do povo brasileiro. São cinco décadas de desafios, mudanças, criações e reconhecimento, sempre com foco no olhar social e no compromisso com o bem comum.

Desde a regulamentação da profissão com a Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, a atividade tem ampliado saberes e técnicas visando o conhecimento e a intervenção sobre a ação e a reflexão humanas. “Há 50 anos a Psicologia era só uma atividade clínica e escolar. Atualmente trabalhamos em diversas áreas e é importante dizer que consolidamos uma profissão pautada no compromisso social e na responsabilidade”, considerou a psicóloga Ionara Dantas Estevam, do Rio Grande do Norte.

Ao longo desses anos, a Psicologia afirmou o compromisso de romper com a reprodução de discursos dominantes e lançou um olhar importante para a atuação de profissionais que estão na saúde, educação, justiça, assistência social, trânsito, esporte, entre outros, com foco no respeito à diversidade humana e à melhoria da qualidade da atuação.

Um encontro, novos caminhos

Foi exatamente a premissa de traçar novos horizontes para a profissão, promovendo diálogos com a categoria e apresentando novas práticas psicológi-



O auditório Petrônio Portella, no Senado Federal, foi palco para uma bela homenagem aos 50 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil.



Ministro Mercadante participa da abertura da 2ª Mostra, ao lado do presidente do CFP Humberto Verona, do secretário da Presidência da República, Paulo Maldos, e da ex-presidente do CFP, Ana Bock.

cas, que deu o tom da maior comemoração desse cinquentenário: a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. O encontro aconteceu entre os dias 20 e 22 de setembro, no Parque do Anhembi, em São Paulo.

A Mostra evidenciou o crescimento expressivo da profissão e também serviu para articulações entre a categoria. “O evento demonstrou o quanto a Psicologia brasileira se ampliou nesses 50 anos, a diversidade de saberes e atividades nas quais vemos o compromisso da profissão com a realidade brasileira e, por conseguinte, da América Latina”, refletiu o psicólogo Marck Torres, do Acre.

Foram centenas de atividades que refletiram a diversidade e a maturidade da atividade psicológica nos dias atuais. Nos três dias do encontro, os visitantes ultrapassaram os 30 mil.

“O evento mostrou a dimensão, a diversidade e o desafio de ser psicólogo nos dias de hoje”, elogiou a psicóloga Cristiana Seixas, do Rio de Janeiro. Já a psicóloga Tatiana Santiago, de Governador Valadares (MG), pontuou os resultados de sua visita à Mostra: “As atividades que presenciei serviram para mostrar a criatividade, a ousadia, o compromisso e o respeito ao ser humano. Esta é a Psicologia que queremos”.

As repercussões nas redes sociais caracterizaram um show à parte no evento. Foram mais de 460 mil visualizações no perfil do CFP no Facebook, 800 interações no Twitter com a hashtag #MostraPsicologia e 10 mil acessos no site.

Na programação, que incluiu 127 atividades, apenas duas conferências e mesas foram canceladas. Além disso, a Mostra contou com mais de 4 mil práticas psicológicas apresentadas

por estudantes, psicólogas e psicólogos brasileiros, latinoamericanos e de língua portuguesa. “O evento lançou um desafio para os próximos anos, que é atingir um estado de desenvolvimento na Psicologia com objetivo de que todos possamos viver juntos”, disse o sociólogo e militante da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Carlinhos Zassala.

“Foram dias extraordinários, com grandes aprendizagens”, completou o presidente da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), Telmo Baptista, de Portugal. Em nome da União Lationamericana da Psicologia (Ulapsi), Joel Vásquez, do México, sinalizou que 2ª Mostra não terminou no dia 22 de setembro. “Ela vai ser uma maneira de divulgar a Psicologia para o continente”, projetou.

Fui, vi e gostei

A Mostra contou com espaços marcantes, que irão ficar na memória de quem teve a oportunidade de conhecer e se emocionar com eles. Ninguém pareceu se importar com as filas quilométricas para assistir o documentário de nove minutos sobre a Psicologia e os direitos humanos na sala que recebeu o nome do jornalista morto na ditadura, Vladimir Herzog, deixando claro o interesse do público e a conexão entre o tema e a atividade psicológica.

Que o diga a psicóloga Zaira Lopes, que veio do Mato Grosso do Sul para apresentar um pôster sobre Psicologia e Políticas Públicas e aproveitou para conhecer o espaço. “Foi uma oportunidade única, que valeu a pena esperar. O filme fez um retrato da nossa história que merece ser divulgado, pois precisamos dar visibilidade aos acontecimentos históricos que marcaram a vida



Ivo Herzog deixa recado em mural no espaço de direitos humanos que recebe o nome do seu pai, Vladimir Herzog.



Público faz fila para participar das mesas-redondas com debates temáticos.



O sergipano Sergival mostrou toda animação do forró e se admirou com a alegria do público.

dos brasileiros, com o período do regime militar”, conta.

A estudante Franciele Fernandes, de Vitória da Conquista, na Bahia, também elogiou a sala Vladimir Herzog. “O vídeo teve o propósito de misturar todas essas diversidades que resultam na busca pelos direitos humanos, desde a luta antimanicomial ao direito dos índios, tudo isso busca o bem comum”, considera.

Outro espaço que chamou a atenção de quem passava por perto foi a Tenda Paulo Freire, uma área destinada para manifestações livres, cultura e poesia. Nesse espaço, as iniciativas pretendiam romper com rótulos estigmatizados na sociedade ao longo dos

anos, utilizando o diálogo como fio condutor desse processo.

Ao som de cantigas de roda, o debate em tom de prosa sobre medicalização reuniu dezenas de pessoas na Tenda. Uma delas foi a psicóloga Nina Laurindo, que atende populações vulneráveis em Sorocaba, no interior de São Paulo. “Todos esses diálogos são importantes para desconstruir esse cenário e construir um novo olhar sobre as práticas psicológicas”, resume.

Por falar em música, os artistas que se apresentaram no Palco dos Conselhos Regionais botaram todo mundo para dançar ao som de samba, forró, afoxé, xote, batuque, folclore e até canções românticas. Tocando o melhor da

MPB, o psicólogo e compositor mineiro Carlos Augusto Farias ficou encantado com a receptividade do público. “Adorei conhecer tanta gente linda, de diferentes regiões do Brasil e de outros países. A Psicologia e a música têm esse dom maravilhoso de aproximar as pessoas”, filosofa.

Sob uma série de aplausos, Sergival, com 25 anos de carreira, o músico sergipano mostrou toda animação do forró, e se admirou com o evento e com a alegria do público. “Achei a Mostra fantástica porque cada profissional pôde trazer iniciativas que estão sendo realizadas em todos os cantos do País. Isso deixa clara a diversidade e a cultura do Brasil”.

2 MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA

Um ano de ações

No decorrer de 2012 as psicólogas e psicólogos mostraram, em meio às atividades comemorativas, que a profissão cresceu e se tornou madura, responsável, tomando cada vez mais espaço e voz dentro da sociedade. As ações dos 50 anos contaram com uma agenda comemorativa que incluiu uma série atividades, que seguem até julho de 2013.

O mês de julho foi marcado pelo lançamento da “Exposição Psicologia: 50 anos da Profissão no Brasil” – que aconteceu de Norte a Sul do País. O objetivo era resgatar e conhecer um pouco mais sobre a história da profissão no Brasil, mostrando como essa trajetória se articulou com o caminho da Psicologia enquanto ciência e profissão e, ao mesmo tempo, se envolveu no contexto político e social brasileiro, onde as diferentes condições sociais e econômicas foram se estabelecendo nesses últimos 50 anos.

No início de agosto, dia 12, o CFP preparou uma audiência pública sobre “Medicalização nas Escolas”, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. O mês também foi pautado pelas ações do Conselho no Congresso Nacional, como o ato solene no Senado Federal, realizado no auditório Petrônio Portella, no dia 23, foi palco para uma bela homenagem aos 50 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil.

A ocasião foi marcada pelo lançamento do selo e do carimbo comemorativos do cinquentenário.

“Não há dúvida de que a Psicologia ampliou seu alcance e democratizou os benefícios da sua prática. Temos hoje profissionais engajados com políticas públicas de saúde, educação e assistência”, disse a atual ministra da Cultura, ex-senadora e psicóloga, Marta Suplicy, que coordenou os trabalhos durante a solenidade.

Já em 31 do mesmo mês, o tributo ao cinquentenário da profissão ocorreu na Câmara dos Deputados, com sessão solene. Para a deputada



A Tenda Paulo Freire pretendia romper com rótulos da sociedade utilizando o diálogo.

e psicóloga Érika Kokay, que presidiu o ato, a homenagem reafirmou a importância da profissão nas políticas públicas para o desenvolvimento da sociedade. “Nestes 50 anos, o que temos de mais concreto é a necessidade de termos estes profissionais em todas as políticas públicas, para que possamos definitivamente puxar os fiapos de vida que estão debaixo de um país tão desumanizado e construir um novo amanhã.”

As festividades incluíram, ainda, a realização do “Prêmio César Ades:

Desafios para o Futuro da Profissão”, cujo resultado será divulgado em 27 de abril de 2013, durante a cerimônia de encerramento do ano temático do cinquentenário da regulamentação da Psicologia no Brasil. A expectativa é que a iniciativa resulte em produções que contribuam para o avanço da Psicologia, não só projetando seu futuro no Brasil, mas ampliando sua reflexão para a América Latina.

O aniversário da Psicologia também contou com publicações especiais temáticas, como foi o caso da edição dos 50 anos do *Jornal do Federal* e da *Revista Ciência e Profissão*, que apresentou os principais temas da história da Psicologia e áreas de atuação da atividade, além de trazer uma reflexão sobre as perspectivas da categoria para os próximos anos no Brasil.

Além das edições especiais, todos os livros publicados pelo CFP em 2012 saíram com a logo dos 50 anos. O intuito era dar continuidade ao tom das comemorações. As obras incluíram o Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres; *Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios para uma Sociedade de Direitos*; *Nenhuma forma de violência vale a pena - VI Seminário Nacional de Direitos Humanos*; *Ano da Avaliação Psicológica - Textos geradores*; *Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas*; e o *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*.

Experiências compartilhadas

Psicólogas (os) latino-americanas e de língua portuguesa trocam práticas e fazeres durante a 2ª Mostra



Seminário da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa aproximou e firmou compromisso de ajuda mútua entre os países.

2

MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA

Este foi o quinto ano em que José Livia Segovia, psicólogo e professor na Universidade Peruana Federico Villareal, visitou o Brasil por motivos profissionais. Mas foi em setembro, durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em São Paulo, que Segovia mostrou-se impressionado com a organização das (os) psicólogas (os) brasileiras (os). “Há muitas discussões e debates e isso não ocorre no resto da América Latina”, afirmou.

Os psicólogos Emilio Nava e Joel Vázquez, representantes da Federación de Colegios de Psicólogos de México, que conta com cerca de 120 mil associados, tam-

bém estiveram no evento e elogiaram a organização nacional. “A Psicologia no Brasil é regulamentada, ao contrário do México, e nos últimos anos contou com uma trajetória apoiada nas políticas públicas do país”, afirmaram.

Momentos de trocas, por meio de praças, mesas e reuniões abertas, tornaram possível o intercâmbio de práticas e experiências de países da América Latina e de língua portuguesa, que se reuniram em São Paulo no período da Mostra. Mais do que compartilhar dificuldades e conquistas, os encontros mostraram a relevância que a trajetória da Psicologia no Brasil tem para

estes países.

“Foi muito importante podermos participar, como União Latino-America de Entidades da Psicologia (Ulapsi), deste grande evento, ampliando consideravelmente as articulações em prol de uma Psicologia comprometida com as demandas específicas, bem como com a superação da opressão e desigualdade social vivenciada pelos povos latino-americanos”, afirmou a representante do Brasil na Ulapsi, Adriana Eiko.

A psicóloga Cintia Diniz, de Mairiporã (SP), esteve na Mostra e surpreendeu-se com as praças internacionais no evento. “Eu não esperava práticas de outros países, já que a Mostra era nacional. Achei muito boa a iniciativa, capaz de ampliar a aproximação dos países, seja entre universidades, fóruns ou profissionais, e foi interessante ver as diferentes realidades, já que uma mesma prática sofre interferências quando aplicada em culturas com visões e interfaces distintas”.

Entidades unidas

Em uma roda que finalizou com abraços e sorrisos, a presidente da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (Abep), Ângela Soligo, compartilhou suas impressões em palestra que reuniu integrantes de entidades do Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira (FENPB) e da Ulapsi no último dia da Mostra: “Estamos fazendo um caminho de internacionalização e, ao mesmo tempo, de conagração com quem tem experiências parecidas com a nossa, com uma visão política muito necessária para a construção de laços entre Brasil, África, Portugal e América Latina”.

Este foi outro exemplo do momento de trocas, que contou com a participação de vários psicólogos (os) e estudantes da América-Latina que buscavam compreender melhor as formas de organização da Psicologia brasileira pelas entidades que fazem parte do Fórum.

Nesta reunião, os conselheiros do Conselho Executivo da Ulapsi lançaram a proposta de realizar uma Mostra Itinerante com os pôsteres expostos na 2ª Mostra, para que possam circular entre os diferentes países latino-americanos que integram a Ulapsi.

Ulapsi vira pessoa jurídica

Também por ocasião da 2ª Mostra, a Ulapsi realizou uma reunião, às vésperas do evento (19/9),

com a participação de representantes de todos os países que compõem a União. Este encontro marcou um momento importante: foi assinado, na ocasião, o termo que constitui a Ulapsi como pessoa jurídica, garantindo maior autonomia e capacidade de organização à entidade.

Segundo o secretário-executivo da Ulapsi, o psicólogo cubano Manuel Calviño, a entidade nasceu com o intuito de criar um espaço de intercâmbio de conhecimento e diálogo. “O movimento foi crescendo com os anos e as exigências e demandas próprias multiplicaram esse intercâmbio e chamaram a nossa atenção para a necessidade de fazer essa pessoa jurídica”.

Calviño complementou sua fala com uma frase considerada “feliz” pelo grupo, e que representa bem os próximos passos que devem ser dados não só pela América-Latina, mas por todos os países em busca de uma unidade democrática na profissão: “Só é possível construir uma entidade latino-americana reconhecendo os problemas comuns e os passos que todos precisam dar para avançar”.



Variedade de temas da 2ª Mostra traz novas possibilidades de atuação para as (os) psicólogas (os) de língua portuguesa.



Ulapsi ganha maior autonomia após sua transformação em pessoa jurídica.

Um novo olhar

As práticas e a participação na Mostra também criaram bases para o reconhecimento do trabalho dos psicólogos (os) de língua portuguesa, especialmente em países africanos: Moçambique, Cabo Verde e Angola, onde a profissão ainda sofre forte resistência das populações tradicionais, e no caso de Angola, do próprio governo, que adota critérios políticos nos contratos.

Esta é a visão de psicólogas (os) dos três países que estiveram em São Paulo. “Ficamos impressionados com o tamanho do evento e da variedade dos temas tratados, que nos mostram o enorme desafio que ainda temos pela frente para consolidar um trabalho tão importante como o que está sendo realizado no Brasil”, afirmou o psicólogo José Pedro, de Cabo Verde.

Em Portugal, a profissão, assim como no Brasil, também é exercida principalmente por mulheres – 77,4% dos inscritos na Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP). O presidente da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), Telmo Mourinho Baptista, destacou ainda que Portugal já tem um dos maiores números de psicólogas (os) por habitante, já que ao dividir o número de inscritos na Ordem pela população de Portugal, obtém-se um psicólogo (a) para cada 455 habitantes.

O presidente da OPP, diz que a realização da Mostra e do II Seminário da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa, no dia 19 de setembro, tornou a integração entre os países ainda maior. “O Brasil está um passo adiante no reconhecimento da profissão não como um serviço de ‘luxo’ ao qual poucos têm acesso, e sim como uma presença necessária junto às comunidades e na formula-

ção de políticas públicas”.

Angola, representada na Mostra por Felizardo Bandera e Jovolino Kuanzambi, também revelou algumas de suas dificuldades. “Os nossos problemas são sérios, porque além de barreiras que o próprio governo impõe, enfrentamos a resistência culturais, da população que muitas vezes reage à presença do psicólogo em situações que, em sua cultura, seriam enfrentadas de outra forma”, explicou Felizardo.

A colaboradora do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na construção desta política, Roberta Azzi, citou de forma positiva o II Seminário de Integração por possibilitar aos países saírem do evento com uma nova agenda estratégica, acordos multilaterais e compromisso de encontros regulares de trabalhos. “Até pouco tempo a Psicologia não estava unida, se organizando, e esta iniciativa fortaleceu este compromisso de ajuda mútua, de aproximação e de trocas mais coletivas de experiências”. A praça dos países de língua portuguesa, segundo ela, também foi um sucesso de público: “as pessoas não só circulavam pelo local, mas paravam para conversar com os colegas e demonstravam muito interesse pelos trabalhos diferenciados destes países”.

A psicóloga nordestina Lissia Tavares, de Natal (RN), acredita que a troca foi não só de experiências e práticas, mas de culturas. “Estive na 2ª Mostra e percebi a contribuição de forma muito positiva, em que cada um pôde mostrar o que faz”, conta a psicóloga, que conversou com um profissional que expôs cinco trabalhos no evento: “No seu pôster, ele relatava que Portugal tem o maior número de profissionais do mundo e achei esta informação muito interessante, pois não tinha ideia”, destacou.



Psicologia brasileira conquista vagas de titular em **quatro conselhos** nacionais de direitos

A garantia desses espaços é resultado do trabalho realizado nos últimos anos.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) conquistou espaços importantes de participação social nas instâncias de elaboração e controle das políticas setoriais. É o caso da participação nos conselhos nacionais de direitos, que reúnem o governo federal, organizações da sociedade civil e entidades de classe. Na semana passada, o CFP ganhou – pela primeira vez – o posto de titular no Conselho Nacional de Saúde (CNS) e voltou a ser titular no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Além disso, o CFP garantiu a vaga de titular no Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) e como suplente no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR).

Para o presidente do CFP, Humberto Verona, a conquista destes espaços é resultado do reconhecimento do trabalho realizado nos últimos anos. “A presença do CFP nas instâncias de controle social representa para nós o reconhecimento da luta incessante pela garantia dos

direitos que temos conduzido nesses 50 anos de Psicologia como profissão no Brasil. Ocupar um espaço dessa relevância, participando da deliberação e do controle das políticas que visam a promoção, proteção e defesa dos direitos da sociedade, é uma marca do nosso compromisso social”, disse.

No Conselho Nacional de Saúde, o CFP tomou posse no dia 13 de dezembro e tem a representação da psicóloga Rosemeire Aparecida no triênio 2012/2015. As entidades foram divididas de acordo com suas representações: usuários, trabalhadores e prestadores de serviço em saúde.

Nas eleições do Conanda deste ano, 32 entidades se candidataram, sendo eleitas 14 como titulares e outras 14 como suplentes. O CFP foi eleito com 25 votos e será representado pela psicóloga Esther Arantes no biênio 2013/2014.

O coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Pedro Paulo Bicalho, será o representante do Conselho no Conasp. O CFP foi a segunda

entidade mais votada durante as eleições deste Conselho.

E no ano em que se comemora os 10 anos da Resolução CFP Nº 18/2002, que estabelece normas para a atuação de psicólogas e psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, o CFP ganha pela primeira vez vaga – como suplente – no CNPIR. A também integrante da CNDH do CFP, Maria Lúcia Silva, irá representar o Conselho na vaga.

Com estas conquistas, o CFP garante sua participação em espaços fundamentais de representação social. Além de integrar os quatro conselhos, o CFP também faz parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, representado pela conselheira Marilda Castelar; do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, representado pelo conselheiro Celso Tondin; e do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, representado pelo psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira.

Avanço na tramitação do PL das 30 horas

Projeto de Lei é aprovado por unanimidade na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados. Matéria segue para análise da Comissão de Finanças e Tributação.

“O PL das 30 horas é importantíssimo para o desenvolvimento do trabalho do psicólogo em todos os âmbitos”, defende Adriana Ribeiro, psicóloga e coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) do campus Macapá, do Instituto Federal do Amapá (IFAP). Para ela, com a redução da jornada de trabalho, o profissional, que precisa de estudo e capacitação continuada, pode ter tempo para exercer tais atividades e melhorar a qualidade dos serviços psicológicos. Mas para isso acontecer, ainda é preciso vencer algumas etapas.

Uma delas foi a da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, que aprovou em 31 de outubro o Projeto de Lei nº 3.338/08, que visa fixar a carga horária de trabalho semanal do psicólogo em 30 horas semanais. O dispositivo, de autoria do deputado Felipe Bornier (PHS-RJ), foi aprovado por unanimidade pela CTASP e segue agora para análise da Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após essa apreciação, será encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJC).

De acordo com o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, o PL das 30 horas vem para atender a uma reivindicação das profissões que atuam na Saúde, incluindo a Psicologia. “A aprovação desse PL permitirá um exercício mais qualificado da profissão no Brasil e uma melhor organização da vida profissional, diminuindo as dificuldades existentes

hoje na conciliação entre o trabalho e a formação permanente”, considera.

A redução na jornada de trabalho mudará completamente a vida do psicólogo Amailson Sandro de Barros, que atua sozinho no tratamento de crianças vítimas de abuso sexual e violência doméstica no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Guaruuva, no Paraná. “Onde trabalho a demanda é grande

e a redução para 30 horas, além de melhorar a qualidade do serviço para os usuários, possibilitaria a abertura de novas vagas de emprego na área”, explica.

Na opinião de Barros, com a força que o CFP possui na categoria, poderia mobilizar os profissionais mostrando a importância das 30 horas, inclusive na mídia. “Seria interessante a sociedade saber o motivo da diminuição da jornada, porque as pessoas do senso comum podem entender que queremos trabalhar menos, mas nossa proposta é primar pela qualidade do serviço e a

possibilidade de abrir novas frentes de trabalho”, observa.

Como a proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, o PL não deve passar pela votação no Plenário. No entanto, a matéria poderá ser analisada no Pleno se um décimo dos deputados membros da Casa apresentar recursos pedindo tal tramitação. Assim que for aprovado em todas as comissões, e pelo Plenário caso seja necessária a votação, o PL seguirá para sanção da presidenta Dilma Rousseff.

“O PL das 30 horas é importantíssimo para o desenvolvimento do trabalho do psicólogo em todos os âmbitos”
Adriana Ribeiro

A cor do Brasil

O movimento negro está cada vez mais inserido na esfera político-social e na Psicologia. Este ano, a Resolução 18/2002 completa 10 anos e sinaliza que mudanças poderão surgir.

O Brasil possui aproximadamente 97 milhões de negros e pardos. Eles representam quase a metade da população brasileira, que corresponde a 191 milhões, de acordo com dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora tenha havido um crescimento populacional expressivo nos últimos anos, o preconceito racial ainda é um entrave que resiste e precisa de enfrentamento: é neste contexto que se insere a Psicologia.

Para avançar no tema, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou, em 2002, a Resolução nº 18, que estabelece normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação ao preconceito de discriminação racial. Este ano o documento completou 10 anos e, embora tenha dado um novo tom às discussões do tema, precisa estar mais inserido nas ações e nos debates da categoria.

Segundo o responsável pela Comissão de Orientação e Fiscalização do CFP, Aluízio Brito, trata-se de uma resolução invisível porque o preconceito se manifesta de forma velada na fala do psicólogo (a), revestida na fala científica, criando um discurso de que a discriminação teria a ver com a auto-estima do usuário. “Não é uma questão que a pessoa pode denunciar com facilidade. Esse é um dos entraves da resolução do ponto de vista da legalidade”, completa.

Nesses 10 anos, o movimento negro contou com avanços significativos no campo da educação e do governo. “Um exemplo é o da lei nº 10.639/03, que fala sobre o ensino de História e Cultura da África e dos Afrobrasileiros em toda rede oficial de ensino”, enfatiza Roberta Federico, membro da Associação de Psicólogos Negros (ABPsi, sigla em inglês).

A conselheira do CFP, Marilda Castelar, lembrou que o tema passou a ter mais visibilidade após a criação da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, em março de 2003, e da adoção das cotas nas universidades por meio da lei 3.708/01. “O marco lógico dos avanços está fora da Psicologia, mas a profissão está em sintonia com

esse processo que esta acontecendo”, ressalta.

É preciso ampliar o debate

Para que esse diálogo se torne cada vez mais efetivo, Roberta Federico acredita que os profissionais precisam acompanhar o que acontece no movimento social atual e trazer essa discussão dentro da categoria, formando uma rede de profissionais interessados em reconhecer a importância do tema para o exercício da profissão. “O grande desafio seria inserir a discussão na formação do psicólogo, uma vez que o campo de atuação é vastíssimo”, completa.

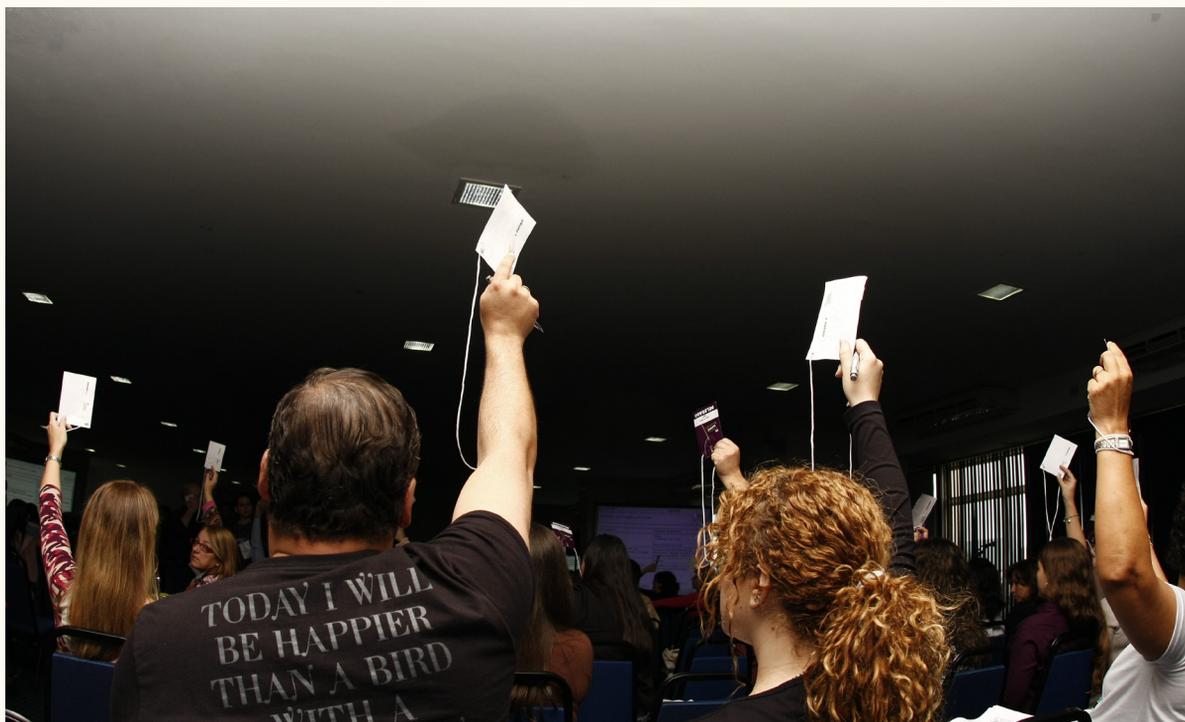
Sobre a Resolução 18/2002, a representante da comissão organizadora do “Encontro Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) das Relações Raciais e Subjetividade” (Psinep), Maria de Jesus Moura, observou que, do ponto de vista da categoria, o documento criou um espaço para as psicólogas e psicólogos negros e brancos trabalharem com a temática racial, embora a grande maioria não a conheça.

Uma das alternativas para aproximar a resolução da categoria é ampliar o debate, e o II Psinep, que acontece entre 21 e 24 de março de 2013, em Recife, será uma oportunidade para que isso ocorra. “Queremos ouvir as pessoas. Podemos apontar alguns itens para a proposta, ampliando, dessa forma, o contato da categoria com a resolução”, estima Moura.

A expectativa é que as sugestões para o documento ajudem a direcionar o compromisso da categoria para o cuidado ao lidar com a prática profissional e o sofrimento psíquico originado da humilhação social, fruto de relações raciais desiguais provocadas pelo racismo em nossa sociedade.

“A Psicologia trata do ser humano, com suas peculiaridades e diversidades. A realidade das relações raciais no Brasil é uma característica que existe e resiste, mesmo para quem não quer ver. Cabe ao profissional de Psicologia escolher entre ser omissos ao compromisso assumido ou se comprometer com a coerência das ciências humanas”, conclui a psicóloga Maria de Jesus.

VIII CNP vem aí!



VIII CNP: psicólogas e psicólogos definiram as diretrizes de atuação e as políticas prioritárias para a gestão atual.

Próximo congresso traz inovações e processo de construção de diretrizes para a profissão será ainda mais democrático e participativo

“Um aprendizado sem igual”. Foi esta a percepção que o psicólogo e professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), José Alexandre Lucca, levou de sua participação como delegado nas duas últimas edições do Congresso Nacional da Psicologia (CNP). O encontro, que acontece de três em três anos, se prepara agora para sua 8ª edição, de 30 de maio a 2 de junho de 2013, em Brasília (DF). É durante o CNP que são definidas as diretrizes de atuação e as políticas prioritárias para o Sistema Conselhos de Psicologia - formado pelo Conselho Federal e Conselhos Regionais.

“Por mais que tenhamos uma formação ampla, no Congresso temos a dimensão da nossa profissão, em quais espaços ela está inserida e as referências que precisam ser construídas. Percebemos que existe outra Psicologia além daquela com a qual trabalhamos”, acredita Lucca. Para ele, a presença dos delegados é importante para levar ao CNP a diversidade da Psicologia e a representação democrática e coletiva do seu grupo. “Esse modelo garante que os gestores sigam aquilo que a categoria deseja para a profissão. Acho que essa é a grande contribuição do congresso”, emenda.

O Congresso possibilita a participação direta e democrática da categoria na construção da Psicologia. “Embora o CNP seja um evento destinado aos delegados eleitos nos regionais, a fase de eventos preparatórios é toda aberta aos psicólogos e psicólogas de todo o país, para que possam exercer o direito de levar sua opinião para o fazer da profissão nos próximos anos”, explica o presidente do CFP, Humberto Verona.

Novidades

O VIII CNP vai trazer diversas inovações que tornam o processo de construção do projeto de ação da Psicologia ainda mais democrático e participativo. O envolvimento da categoria pode ocorrer desde os eventos preparatórios, que acontecem de junho de 2012 até fevereiro de 2013. Uma das novidades para o próximo CNP são as atividades livres, que podem ser organizadas por grupos de psicólogas e psicólogos que poderão reunir colegas de seu campo de atuação e debater propostas da área para serem remetidas e referendadas nos Congressos Regionais da Psicologia (Coreps).

Outra inovação é a divisão das propostas em regional e nacional, assim, os profissionais da área poderão construir propostas que serão aplicadas na sua região, com foco mais específico. “O Congresso Regional passa a ser deliberativo. Vamos fazer dois congressos em um, é um grande avanço, teremos dois congressos com poder deliberativo para indicar propostas regionais e nacionais”, explica o conselheiro do CFP, Aluízio Brito, membro da Comissão Nacional Organizadora (Comorg).

Com o novo regulamento, cada Pré-Congresso e Congresso Regional deve aprovar 10 propostas por eixo, totalizando o máximo de 30 propostas nacionais por CRP. A limitação tem como objetivo garantir uma discussão mais aprofundada e qualificada.

A sistematização das propostas também será diferente no VIII CNP. Mais transparência e rapidez serão trazidas com o novo sistema, que será o mesmo utilizado nas conferências realizadas pelo governo federal.

Para que a diversidade esteja presente no fazer da profissão, é essencial a mobilização dos profissionais de norte a sul do país. “É fundamental a participação da categoria no CNP, pois é nesse momento que construímos as diretrizes para o futuro da profissão. O congresso traz contribuição de todas as regiões, que precisam se organizar, conhecer quais as demandas locais da categoria para o próximo triênio, para que possa ser formulada a plataforma da gestão”, ressalta a presidente do CRP-SP, Carla Biancha Angelucci, que coordenou a mesa diretora do VII CNP.

Verona destaca que a etapa nacional do VIII CNP terá transmissão online, permitindo que toda a categoria possa acompanhar as discussões e votações dos delegados que representam todas as regiões brasileiras. “É uma forma de funcionamento que favorece a participação e influencia direta da categoria no Sistema Conselhos”, analisa.

Mais informações, em breve, na página: www.viiicnp.cfp.org.br

Conheça as etapas

Os profissionais podem se mobili-

zar desde os eventos preparatórios, que vão de junho de 2012 a fevereiro de 2013. Entenda os encontros que antecedem o CNP:

- Os eventos preparatórios são realizados em diversas localidades com a tarefa de provocar debates e levantar questões para a formulação de propostas a serem apreciadas e votadas nos Pré-Congressos, por isso a importância de uma ampla mobilização e participação da categoria nesta etapa.

- Nos pré-congressos há a análise e aprovação das teses regionais e nacionais, e podem ocorrer em todo o Brasil. É quando são eleitos os delegados para os Congressos Regionais (Coreps).

- Os Coreps, realizados em cada Conselho Regional, são compostos por delegados eleitos nos pré-congressos e, durante sua realização, são apreciadas as propostas nacionais e eleitos os delegados para o Congresso Nacional. Nessa etapa é realizada a eleição de delegados e suplentes para a etapa nacional.

Conheça os eixos do VIII CNP

1. Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das formas de interação com a categoria;
2. Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho;
3. Ampliação da Participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas.

Conheça as datas das etapas do VIII CNP

Atividade	Prazo
1) Realização dos eventos preparatórios e atividades livres para o levantamento de questões e elaboração de propostas a serem apreciadas e votadas nos Pré-Congressos. (1ª fase do Regulamento do VIII CNP)	Junho/2012 a Fevereiro/2013
2) Envio de minutas de regulamento dos Congressos Regionais dos CRPs à COMORG, para apreciação	Até dezembro/2012
3) Resposta da COMORG aos CRPs sobre minutas de regulamentos	Até janeiro/2013
4) Realização dos pré-congressos para aprovação das propostas locais e nacionais, eleição de delegados para o Congresso Regional	Até 20 de março de 2013
6) Sistematização 1: As propostas regionais e nacionais são sistematizadas pelos CRPs	De 20/3/2013 a 8/4/2013
8) Realização de Congressos Regionais (COREPs) que aprova propostas para a etapa nacional do VIII CNP	De 12/4/2013 a 28/4/2013
9) Envio das propostas dos Congressos Regionais para a COMORG via internet e encaminhamento da ata, lista de presença, regulamento e regimento interno do COREP e relação de delegados e suplentes para a etapa nacional, para a COMORG	Até 29 de abril de 2013
10) Resposta da COMORG sobre ata, lista de presença, regulamento e regimento interno do COREP e relação de delegados e suplentes para a etapa nacional	Até 7 de maio de 2013
11) Sistematização 2: Sistematização das propostas aprovadas nos COREPs pela COMORG	De 29/4/2013 a 10/5/2013
12) Recebimento de recursos pela COMORG de impugnações de delegados e definição de convidados	Até 13 de maio de 2012
13) Envio da sistematização aos delegados da etapa nacional do VIII CNP	Até 14 de maio de 2013
14) Resposta aos recursos	Até 23 de maio de 2012
15) Realização da etapa nacional do VIII CNP	De 30/5/2013 a 2/6/ 2013



Novas regras para serviços psicológicos realizados pela internet

Resolução entrou em vigor no mês de dezembro e leva psicólogas (os) a repensarem os avanços e desafios das orientações online.

Pensar em um mundo sem internet é inconcebível na atualidade, e esta realidade tem se expandido para as áreas mais diversas, inclusive a Psicologia. Com as mudanças rápidas e constantes no meio virtual, o papel da profissão nas comunicações de rede tem se tornado cada vez maior, com a necessidade de adaptações igualmente ágeis. Para garantir a qualidade das orientações prestadas pela internet - já reconhecidas tanto por profissionais quanto por pessoas que fazem uso do serviço - é preciso observar as normas que estabelecem as condições de atuação do profissional da Psicologia no meio virtual.

A resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 12/2005, foi atualizada para a resolução CFP nº 11/12, em vigor a partir de dezembro deste ano com o objetivo de trazer novas normas aos serviços psicológicos realizados pela internet. Além disso, ela visa resolver as demandas dos profissionais que usam este tipo de serviço,

como a tramitação dos serviços, suas especificações e o que pode ou não entrar nos sites credenciados.

Para o conselheiro do CFP, Aluízio Lopes, “esta resolução vai ser muito positiva para as (os) psicólogas (os), pois vai trazer mais agilidade para o credenciamento de sites. E reconhecemos que tem crescido o número de pessoas que busca esse tipo de serviço e que têm reclamado do número limitado de atendimentos”, afirma.

Novo cadastro

Com a nova resolução, quando o psicólogo (a) fizer a solicitação do cadastro (antigo credenciamento), somente será necessária a análise pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do Regional, ficando a Comissão Nacional de Credenciamento de Sites do CFP como última instância para recursos.

O prazo de resposta, que antes era de 90 dias, passou agora para 60 dias e o CFP só interfere em caso de re-

curso. Os cadastros (antes chamados de selos) também ganham novo prazo: a validade de 1 ano passou, com a nova lei, para três anos.

Mas atenção: as (os) psicólogas (os) que já tiveram seu site aprovado antes da nova resolução entrar em vigor terão o prazo original respeitado e somente precisarão renová-lo quando o prazo vencer ou caso desejem se adequar à nova resolução.

Outra novidade é o aumento do número de orientações psicológicas online, entendidas por orientações pontuais, informativas, focadas no tema proposto e que não ferem o disposto no Código de Ética do Psicólogo e a Resolução CFP 11/2012. O número de encontros passa de 10 para até 20 encontros ou contatos virtuais, síncronos ou assíncronos.

A psicóloga Juliana Andrade Cunha, de Salvador (BA), coordenadora do Helpline – Safernet Brasil, canal de orientação online voltado principalmente para crianças e adolescentes, elogia a tentativa positiva de acompanhar a realidade deste tipo de serviço: “Sabemos o quão difícil é normatizar esse campo tão novo de trabalho, de serviços mediados pelo computador”, diz.

Juliana defende a continuidade do diálogo com profissionais que oferecem esse tipo de serviço, principalmente ouvindo experiências de outros países onde a prática já está consolidada. “Em muitos países as comunidades são grandes e nem por isso estes serviços deixam de ser eficientes. Aqui ainda há uma desconfiança grande”, afirma.

No Brasil são permitidas orientações pontuais e não acompanhamento terapêutico, mas em países em que o serviço já é regulamentado e praticado existe, por exemplo, a necessidade de se trabalhar com equipamentos adequados e com boa conexão para evitar falhas na comunicação entre o profissional e o paciente.

Mais rigidez

A insegurança dos profissionais em relação a este tipo de serviço foi uma das responsáveis por normas mais rígidas e que agora estão previstas na nova resolução.

Mesmo com a validade maior, a resolução fala que o profissional pode perder o cadastro a qualquer tempo caso seja encontrada alguma irregularidade no site por parte do Conselho Regional de Psicologia, responsável por esta fiscalização.

Para aumentar a credibilidade dos atendimentos online, a resolução 11/12 não permite mais que sejam cadastrados sites sem domínio próprio ou em formato de blogs. A

razão disto é que muitos sites e blogs não eram exclusivos para a oferta do serviço, além de conterem links para redes sociais e outros sites sem relação com o tema.

A psicóloga e professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus (BA), Eurisa Maria de Santana, acompanha a nova resolução desde sua publicação, em junho, tendo em vista que em breve a Uesc terá um novo site que deverá ser credenciado. “É fundamental que o Conselho esteja bem próximo aos processos de modernidade, mas a cautela também é fundamental ao se falar do número de atendimentos e da formação dos profissionais, pois é preciso ter critérios de segurança”, acredita.

Facilidades e desafios

Para o psicólogo Geofilho Ferreira Moraes, que oferece atendimento online por email, MSN e Skype, a tecnologia facilita sua atuação profissional, já que é deficiente visual. “As novas ferramentas me ajudam nas pesquisas que realizo, nos registros dos atendimentos, além de outras tarefas da minha vida pessoal”, conta.

Segundo o psicólogo, a orientação psicológica realizada por meios de comunicação à distância é um recurso a mais para o profissional e para os pacientes que buscam ajuda psicológica e amplia a acessibilidade aos serviços prestados por psicólogas e psicólogos. “Essa modalidade pode facilitar a vida das pessoas com deficiência que precisam de orientação psicológica, pois muitas delas possuem dificuldades de se locomover até um profissional, assim como também alguns idosos”, indica.

O futuro da Psicologia na interface com as novas tecnologias é visto como promissor pela psicóloga Maria Adélia Pieta, doutoranda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “Para tratar a depressão ou ansiedade leve, o paciente pode procurar a terapia computadorizada de curta duração que, às vezes, até dispensa a de longa duração”. Ela cita como exemplos positivos aplicativos para celulares que oferecem orientação terapêutica aos pacientes.

Mas mesmo com tantos avanços, ainda há muitos desafios para os avanços da psicoterapia online no Brasil, e que só com a prática podem ser superados, segundo Maria Adélia: “Quanto mais o serviço é praticado, mais vão sendo encontradas lacunas que precisam ser atendidas para que ele se dê de forma satisfatória”, conclui.

Conheça a Resolução na íntegra no site www.cfp.org.br

Psicologia e Assistência Social de mãos dadas pela cidadania

Durante 15 anos, Anderson Lopes Miranda, 36, não teve endereço. Órfão de pai e mãe, viveu em um abrigo até os 16 anos, de onde saiu para morar em uma pensão e trabalhar como office-boy. Mas não deu certo. Foi assaltado, demitido e se viu sem ter para onde ir. Ele tinha 17 anos e estava na rua, em São Paulo.

Perambulou pelas ruas, se abrigou como pôde, andou até a Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Por onde passou sempre buscou os albergues e sentiu na pele a necessidade do acolhimento profissionalizado. Ele define a atuação do profissional de psicologia como uma grande mudança no atendimento. “A política de Assistência Social e a Psicologia, juntas, estão fazendo um trabalho muito bom no país. O psicólogo interfere na parte que não é só a racional. Quem está na rua precisa de apoio para resgatar a dignidade, o vínculo e se sentir uma pessoa humana de novo. Não é só o banho e o lugar para dormir”, afirma.

Anderson é o fundador do Movimento Nacional da População de Rua e há apenas três anos conseguiu uma moradia fixa, em Tiradentes, São Paulo, onde vive com sua mulher a filha.

A idéia é compartilhada pelo coordenador-geral de Implementação e Acompanhamento da Política de RH do SUAS, José da Cruz, da Secretaria Nacional de Assistência Social, que define a importância do papel das psicólogas e dos psicólogos na Política Nacional da Assistência Social. “Com o trabalho da Psicologia, estamos tornando públicas pessoas que eram invisíveis neste país. Estamos rompendo com o assistencialismo, reafirmando e cumprindo o que está escrito na Constituição: a assistência social é um direito público e reclamável de todo o cidadão”.

Desde a exigência da presença do profissional de Psicologia nas equipes do SUAS, na Resolução nº269 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 2006, ratificada pela resolução 17/2011 do CNAS, a atuação das psicólogas (os) se torna cada vez mais necessária para

a consolidação da proteção social. A dupla formada pelo Serviço Social e a Psicologia é, segundo o coordenador, a principal responsável pela profissionalização do atendimento às famílias. “A Psicologia é essencial para a prática da Assistência Social de conteúdo, que garante os direitos das pessoas deste país”.

Atualmente, 20.463, profissionais atuam no SUAS (Sistema Único de Assistência Social). É a segunda maior categoria de trabalhadores no sistema, depois dos assistentes sociais. A maioria, 12.109, está nas Secretarias Municipais de Assistência Social, nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social,) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) do Brasil, nos 5.416 municípios. Os demais estão nas Secretarias Estaduais de Assistência Social, na Secretaria do Distrito Federal e na rede privada. Os dados são do DataSUAS, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2011.

A principal frente de atuação das psicólogas (os) é nos atendimentos dos CRAS. Os centros prestam proteção social básica às famílias, grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio de serviços socioeducativos, sócio-comunitários, benefícios como transferência de renda, e programas e projetos de capacitação. A presença da Psicologia nos CRAS aumentou 75% nos últimos quatro anos. No primeiro Censo SUAS, de 2007, eram 4.416 profissionais, enquanto no último Censo já eram 7.733.

As atividades do profissional de Psicologia são voltadas diretamente para a atenção e prevenção de situações de risco, intervindo em casos de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos e fortalecendo os vínculos familiares. “A atuação da Psicologia nos CRAS tem nos revelado situações de desproteção muito fortes. É muito importante ter uma equipe interdisciplinar com a presença do psicólogo, que está identificando estas situações em nosso país”, afirma José da Cruz.

Por dentro do sistema

A participação da psicóloga (o) no Sistema Único de Assistência Social não se limita, porém, ao atendimento direto. Desde o ano passado, nova resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, a nº 17 de 2011, permite que os profissionais de Psicologia também componham a gestão do SUAS.

Para a psicóloga Deborah Akerman, que representa junto com Márcia Mansur o CFP na Coordenação Nacional do FNTSUAS (Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores) do SUAS, o psicólogo e a psicóloga como trabalhadores têm muito a contribuir tanto na definição de metodologias quanto na gestão da política de assistência social.

“Quando o trabalhador chega à Assistência Social, uma política ainda em consolidação, ele é também um agente dessa construção. A sua participação nas instâncias de organização dos trabalhadores é extremamente importante para garantir a integração das dimensões éticas e políticas que se coadunam com a concepção da Psicologia no contexto da defesa de direitos. Para ela, o trabalhador na Assistência Social tem de ser um defensor intransigente dos direitos, isso faz parte do trabalho dele”, diz Deborah.

Deborah Akerman ainda destaca que a proteção social ofertada na política de assistência social se dá principal-

mente através da mediação do trabalhador com o público e, portanto, qualificar o debate sobre a gestão do trabalho tem sido o objetivo do FNTSUAS.

O psicólogo Joari Aparecido Soares de Carvalho, representante do CRP 06 na Coordenação do Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS de São Paulo, viveu de perto a experiência de estar na linha de frente do SUAS.

Ele prestou atendimento no CREAS de Suzano, de 2008 a 2011, e fala sobre o trabalho do psicólogo na base, que ganha cada vez mais espaço. “Esse espaço não existe à toa: existe porque temos colaborado com a compreensão de que as pessoas em situações vulneráveis ou cujos direitos foram violados podem ser também os sujeitos da própria superação. E essa compreensão não é só das relações e condições materiais para viver, que não podem ser desprezadas, mas também da história de vida, do sentido das relações, dos desejos e anseios que podem ter sido embotados.”

Para ele, estas questões são fundamentais para o resultado positivo do trabalho nas famílias atendidas nos centros. “Isso tudo serve para poder ser trabalhado com as pessoas que acessam os serviços e se tornar a base para processos de transformação pessoal, familiar, comunitária. Isso é muito gratificante. É um trabalho que requer paciência e cuidado compartilhado, a formação de vínculos de respeito e confiança”.

FONTE: DAYASUAS



Psicólogas (os) na Assistência Social

Hoje, **20.463** psicólogas (os) atuam no SUAS

12.109 estão na Rede Municipal: nos CRAS, CREAS, Centros de Atendimento, Centros de Acolhimento

526 psicólogas (os) nas Secretarias Estaduais de Assistência Social

7.828 estão na Rede Privada

FNTSUAS

O CFP integra a Coordenação nacional do FNTSUAS

O 1º Seminário do FNTSUAS aconteceu em Brasília, dias 14 e 15 de dezembro de 2012.

Informações: www.fntsuas.blogspot.com.br

O desafio da atuação multidisciplinar no Sistema Prisional

Seminário discutiu a atuação de psicólogas (os), assistentes sociais e profissionais do direito no Sistema Prisional Brasileiro.



A mesa de abertura do seminário contou com a participação de representantes de entidades que atuam no sistema prisional.

O Brasil é hoje o terceiro país que mais encarcera no mundo. Este ano, mais de meio milhão de pessoas estão privadas de liberdade no país. Embora o número de presos tenha aumentado consideravelmente nos últimos anos, a quantidade de profissionais que deveriam aplicar as políticas públicas nos locais de privação de liberdade continua insuficiente. Além dos problemas estruturais, os detentos também sofrem com o preconceito da sociedade, o que prejudica ainda mais o processo de ressocialização.

O seminário “Atuação no Sistema Prisional Brasileiro: Desafios e Perspectivas”, que ocorreu em novembro em Brasília, foi uma parceria entre CFP, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Jus-

tiça (CNPCC) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

De acordo com o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, o seminário ampliou as reflexões sobre o presente, o passado e o futuro do sistema prisional. O presidente destacou ainda a Resolução 12/11 do CFP, que regulamenta a atuação dos psicólogos (os) no sistema prisional. “Em todas as práticas no âmbito do sistema prisional, o profissional deverá respeitar e promover os direitos humanos no processo de construção da cidadania, a desconstrução do conceito de crime, a construção de estratégias que visem ao fortalecimento dos laços sociais”, disse Verona ao ler um trecho do documento durante a mesa de abertura.

A psicóloga do Rio Grande do Sul Luciene Engel, que trabalha no sistema prisional há dez anos e participa

de um grupo sobre a atuação profissional em unidades prisionais, veio a Brasília acompanhar o evento. Para Luciene, os problemas que envolvem o sistema são culturais, isto é, da comunidade como um todo. “Imaginem o quanto eu luto para manter a saúde mental e fugir da institucionalização. Tudo que já vi e ouvi são coisas monstruosas. A gente ouve muito as pessoas falarem, mas políticas eficazes e concretas não ocorrem”.

O diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Augusto Rossini, lembrou que, no Brasil, 70% dos presos são provisórios, ou seja, ainda não foram julgados. “O país encarcera muito e encarcera mal. Quando o Brasil senta no banco dos réus por isso [problemas no sistema penitenciário], passamos muita vergonha, como foi o caso da semana passada na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington”, disse.

Atualmente, a população carcerária no Brasil chega a 538 mil pessoas e não há espaço para todos, já que, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as vagas não chegam a 300 mil, contando os 1.771 presídios existentes no País. Com as superlotações, as prisões sofrem com a ausência de políticas articuladas nas áreas da psicologia, assistência social, justiça e saúde.



Alteração na Lei 5.766 é fruto de ampla discussão com a categoria

Mudanças instituem processos democráticos já em vigor no Sistema Conselhos de Psicologia.

A presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso Nacional, em agosto de 2012, o Projeto de Lei nº 4364/2012 que altera a Lei nº 5.766/1971, institucionalizando processos democráticos já em funcionamento no Sistema Conselhos. O PL democratiza as decisões, incorporando o Congresso Nacional da Psicologia (CNP) ao Sistema Conselhos e traz a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) para dentro da Lei. O projeto inclui, ainda, a eleição direta para os conselhos Regional e Federal.

A proposta é resultado de ampla discussão que envolveu toda a categoria, por meio dos seminários “Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia – Mudança da Lei 5.766”, promovidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia, entre os meses de outubro de 2008 a maio de 2009, em vários estados brasileiros. Na época, foi publicada e distribuída cartilha com textos que serviram de subsídio para os debates.

Para a psicóloga Sílvia Teixeira de Lima é importante a aprovação do PL, pois a lei precisa acompanhar os avanços obtidos pela profissão. “O contexto social não é mais o mesmo. Estamos em descompasso frente aos apelos profissionais, às demandas da prática, à produção científica e às solicitações de ações dos seres humanos e da sociedade que o compõe. A profissão sai dos laboratórios de situações controladas para o meio onde o comportamento está totalmente dinâmico e desafiador”, ressalta.

A Lei nº 5.766 foi promulgada em 20 de dezembro de 1971, no período do regime militar, época em que as instituições tinham caráter centralizador na instância federal e pouca participação das bases. “O CFP era composto por delegados vindos dos regionais, não tinha a vontade da categoria expressa nas urnas em relação aos dirigentes do Federal e as atividades eram centralizadas. A lei em vigor atualmente traz características desse período”, avalia o presidente do CFP, Humberto Verona.

Os primeiros Conselhos Regionais de Psicologia foram instalados em 1974 e, em 1977, foi aprovado o decreto que

regulamentou a lei. Ao longo desses anos, foram muitas as conquistas alcançadas pela profissão, que ampliou sua inserção e o seu reconhecimento na sociedade brasileira. O cenário do país mudou e a estrutura democrática foi implementada também na organização dos Conselhos e na execução das tarefas.

Essa mudança, que trouxe uma perspectiva democrática aos Conselhos de Psicologia, foi pensada, em 1994, no Processo Constituinte: Repensando a Psicologia. Durante a sua realização, os cerca de 150 profissionais presentes à época decidiram fazer dele o primeiro CNP, instância máxima que discute e delibera as políticas prioritárias para o triênio subsequente. Segundo Verona, o Congresso apontou o caminho de participação e de construção democrática das diretrizes da autarquia, seguido desde então.

Além disso, foi criada, durante o II CNP, em 1996, a APAF no lugar da Assembleia dos Delegados, prevista atualmente na lei. A APAF se reúne duas vezes ao ano e operacionaliza o que foi decidido no CNP. Outra mudança no texto da lei foi referente à eleição direta, antes prevista somente para os Regionais, e que a partir da aprovação pelo Congresso Nacional, passará a vigorar também para o Federal.

Para Humberto Verona, a alteração é extremamente significativa. “A lei não correspondia aos avanços nos processos de decisão que já faziam parte do Sistema Conselhos. O PL reflete as conquistas que a profissão obteve em relação ao seu sistema e a marca da democracia, da participação”, disse.

Atualmente, o PL nº 4364/2012 está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, sob relatoria do médico e deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP). O projeto será examinado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, segue para o Senado Federal para revisão. Caso não seja alterado, o PL vai à sanção da presidente da República. Havendo alterações, retorna à Câmara para debate e aprovação das modificações.

Internação compulsória como medida emergencial provoca polêmica

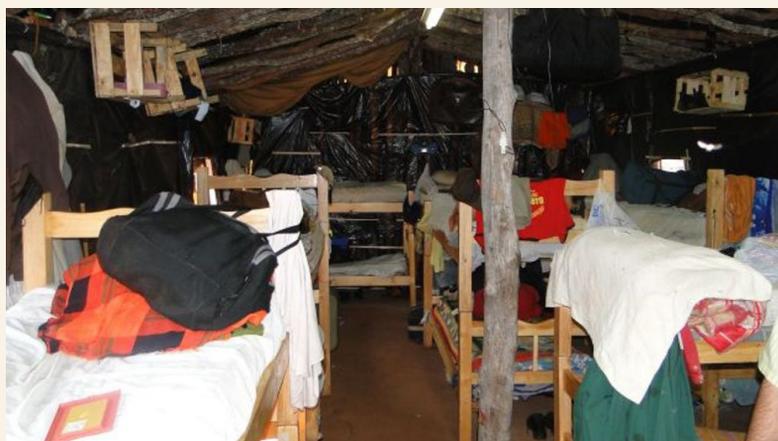
Prática vai na contramão da reforma psiquiátrica.

"Você já se imaginou sozinho, com o corpo cansado, sem lugar para ir e, quando pensa que vai descansar, é levado à força para um local distante onde, teoricamente, deveria ser tratado o seu vício em drogas? É assim que tratam a gente".

Esse relato da coordenadora do Movimento de População de Rua da Bahia, Maria Lúcia da Silva, mostra a rotina de moradores de rua e usuários de drogas que são internados compulsoriamente.

Segundo ela, antigamente a prática não era chamada de internação compulsória, mas higienização. "A Kombi da prefeitura passava com a polícia, dava um chute e levava para fora da cidade ou levava a gente para um galpão. Mudou o nome para internação, dizendo que era para cuidar da nossa saúde. Só mudou a nomenclatura, mas continua a mesma coisa", criticou Maria Lúcia.

A internação compulsória está prevista em lei como uma medida extrema para o tratamento de usuários de álcool e drogas. No entanto, essa política emergencial vem sendo cada vez mais usada pelos governos estaduais no combate ao crack e outras drogas, o que contraria a Lei da Reforma Psiquiátrica. De acordo com a Lei 10.216, internação pode ser voluntária (com consentimento do usuário e avaliação médica), involuntária (sem o consentimento do usuário, a pedido



Internos vivem em condições precárias em comunidade terapêutica do Mato Grosso do Sul.

de terceiros e mediante avaliação médica), ou compulsória, quando determinada pela Justiça.

Em outubro, o prefeito reeleito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), provocou polêmica ao afirmar que adotaria a internação compulsória para adultos dependentes químicos na capital fluminense. Ele anunciou a criação de 600 vagas em caráter emergencial para tratamento de usuários de drogas em centros de acolhimento e reabilitação. A medida tem o apoio do Ministério da Saúde e, desde o ano passado, foi adotada para tratar crianças e adolescentes.

Embora tenha anunciado a criação de vagas, o prefeito Eduardo Paes não explicou como será o tratamento das pessoas que forem internadas. Para o psicólogo Iacã Macerata, pesquisador sobre atenção à saúde à população de rua na Universidade Federal Fluminense (UFF), a falta de informações sobre o processo de internação deixa a situação ainda mais crítica. "Existem as equipes que vão fazer esse recolhimento. A gente vê essas equipes, mas se sabe muito pouco do tratamento. Tem muita confusão, as coisas não estão claras."

Seminário Online

O tema da internação compulsória foi discutido no seminário online “Aspectos Técnicos Políticos da Internação Compulsória e Interdição” realizado no dia 19 de outubro no Conselho Federal de Psicologia (CFP). O evento marcou a reunião entre as comissões estaduais de Fiscalização e Orientação (COF) e de Direitos Humanos (CDH).

A psicóloga piauiense Fabrícia Machado Falcão, que atua no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Timon, no Maranhão, veio a Brasília para participar do debate e do encontro entre as comissões. Ela acredita que o evento foi impulsionado por uma demanda que está na sociedade. “O evento foi muito positivo, pois reuniu psicólogos e convidados com amplas percepções sobre o tema. Esse é um marco para institucionalização de uma política de direitos humanos.”

O debate online fez com que Fabrícia refletisse sobre a internação

compulsória. Para ela, prática é um instrumento de cerceamento de liberdade. “O médico fica esperando o Poder Judiciário, o Judiciário passa essa responsabilidade para um técnico e o dependente fica privado da sua liberdade. Pelo que foi discutido, deve haver um diálogo maior de modo que ele seja tratado e depois seja inserido na sociedade”, disse Fabrícia.

A defensora pública Daniela Skromov, que participou da primeira mesa de discussão, criticou duramente o uso da internação compulsória para tratamento de dependentes químicos. “A única internação compulsória existente no nosso ordenamento jurídico é a medida de segurança, que é um misto de tratamento pena, que é aplicada à pessoa com transtorno mental envolvida no cometimento de algum crime. O que não é o caso da internação meramente por saúde.”

Segundo a defensora, a internação compulsória sem laudo médico é ile-

gal. “O juiz que determina isso excede de suas funções e atribuições e pode até responder por isso. Essa prática ocorre no Brasil. Quando você não tem normas, o juiz acaba inventando, o que é outra crítica que sustenta a inexistência da internação compulsória. O cerceamento de liberdade tem de ter regras”, defendeu.

De acordo com o promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Eduardo Dias Ferreira, a internação compulsória também tem sido usada de forma inadequada, sem antes considerar as opções extra-hospitalares.

Para ele, não se pode deixar a Justiça resolver as questões sobre drogas por meio de ações. Segundo ele, as mesmas forças que ficaram muito mais unidas para criar uma legislação antimanicomial, precisariam se rearticular. “É uma questão que tem de ser resolvida pela sociedade. Se isso chegar aos tribunais, vai ser resolvido lá. O ideal é que a sociedade se mobilizasse”, ressaltou.

Frente Nacional

A prática das internações compulsórias foi um dos temas que sustentaram a agenda que levou à criação da Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos, composta por 52 entidades e movimentos sociais. O objetivo é lutar por políticas públicas de drogas baseadas nos direitos humanos.

O surgimento da Frente ocorreu no momento em que se debatia o plano do governo federal de combate ao crack. De acordo com Elisa Zaneratto Rosa, representante da Frente, os

pontos do programa mais criticados pelas entidades foram o financiamento público das comunidades terapêuticas e a brecha para a legitimação das internações compulsórias.

Para ela, o grande desafio é organizar as Frentes estaduais. “A ideia é que elas possam ser esse espaço das entidades da Frente Nacional nas ações estaduais”. Atualmente, apenas Minas Gerais e o Rio de Janeiro constituíram frentes estaduais. Estados como São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará estão discutindo o assunto.

Câmara discute Resolução 001/99 do CFP

CFP e ABGLT defenderam a Resolução e pediram o arquivamento de Projeto de Decreto Legislativo.



Integrantes de movimento LGBT assistem a audiência pública na Câmara dos Deputados.

Em meio a uma audiência pública tumultuada, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discutiu o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234/2011, do deputado João Campos (PSDB-GO), que pretende sustar parte da Resolução 001/99, do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Embora essa seja a terceira audiência pública sobre o tema, é a primeira vez que posicionamentos opostos discutem o PDC.

O primeiro participante a se pronunciar no plenário foi o presidente do Conselho, Humberto Verona. Ele considerou o projeto inconstitucional e pediu o arquivamento da matéria. “Conselhos Profissionais embora constituídos sob a forma de entidades autárquicas, não integram o Poder Executivo, nem mesmo a Administração Pública Federal. As resoluções

expedidas pelos Conselhos Federais não estão sob os auspícios de eventual sustação do Congresso Nacional”, destacou o Verona.

De acordo com Verona, o cuidado da Psicologia, que baliza a atuação ética da psicóloga (o), está voltado para reduzir ou mesmo dirimir o sofrimento gerado pelo preconceito social e pela humilhação que esse preconceito cotidianamente produz. “A atuação profissional, desta forma, deve estar vinculada diretamente ao respeito, proteção e expansão dos direitos de todos os cidadãos, independente de sua identificação étnico-racial, de gênero ou de orientação sexual”, disse.

Os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) estão mobilizados com a causa. Representantes dos CRPs do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso estiveram presentes na audiência pública. O CFP

também coletou, esta semana, mais de 400 assinaturas de entidades que apoiam a Resolução.

A Resolução 001/99 do CFP orienta profissionais da área a não usar a mídia para reforçar preconceitos contra os homossexuais nem propor tratamento para curá-los. A homossexualidade deixou de constar no rol de doenças mentais classificadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) há mais de 20 anos, no entanto, ainda há pessoas que insistem em tratá-la como patologia e propõem formas de cura.

Durante o debate, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) expressou seu apoio à Resolução. Para ela, se a Resolução não coage, é anti-preconceito e permite que o paciente busque o profissional, então não há porque derrubá-la. “Sou defensora da diversidade em qualquer campo. Não estou entendendo porque derrubar essa Resolução, se ela está incorporada ao mandamento científico do mundo todo e da OMS.”

Para o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, que já participou de outra audiência na comissão, prometer cura para a homossexualidade é charlatanismo. “Se [homossexualidade] for doença, todos têm de ter aposentadoria compulsória”, argumentou.

Após suspeitas de violações de direitos humanos, hospital psiquiátrico fecha as portas

Hospital em São Paulo é alvo de investigações judiciais.

O tratamento que viola direitos e desrespeita a dignidade humana não cumpre seu principal papel: transformar e melhorar a vida das pessoas. Há denúncias de maus tratos e falta de estrutura para o atendimento aos pacientes nos hospitais psiquiátricos. Em agosto, o Hospital Psiquiátrico Vera Cruz, em Sorocaba, foi interditado por 90 dias pelo Ministério Público do estado de São Paulo (MP-SP).

Diante do alarde que a interdição provocou, o MP-SP coordenou, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um levantamento completo do perfil de cada um dos internos do hospital, chamado de censo psicossocial. Os técnicos identificaram os cerca de 430 internos, verificaram a situação familiar, de documentação e os benefícios assistenciais e previdenciários.

De acordo com o psicólogo Mocyry Miniussi Bertolino Neto, representante do CRP-SP no Conselho Estadual de Saúde, o censo foi feito logo após a interdição do hospital,

que é privado, mas se mantém com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). “Esse censo está sendo utilizado pelo CNJ e pelo Judiciário para levantar qual a situação de documentos dessas pessoas. É um levantamento preliminar da situação psicossocial. Mostrado a realidade das pessoas que estão em completo abandono e têm seus direitos violados”, destacou.

Para Bertolino Neto, o censo iniciou a desinstitucionalização dos

“Eles estavam sujos, sem roupas, dormindo no chão ou em estrados, e havia falta de funcionários. A intenção das instituições é iniciar o processo de desinstitucionalização e o resgate de cidadania. Não verificamos as condições do hospital, mas das pessoas.”

pacientes da instituição. Os internos serão transferidos para outras unidades ou mandados para casa. De acordo com o Ministério Público Estadual,

foram encontrados 96 pacientes em situação classificada como sub-humana. Eles estavam sujos, sem roupas, dormindo no chão ou em estrados, e havia falta de funcionários. “A intenção das instituições é iniciar o processo de desinstitucionalização e no resgate de cidadania. Não verificamos as condições do hospital, mas das pessoas.”

A ação no hospital psiquiátrico faz parte da etapa inicial da elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que está sendo conduzida pelo Ministério Público do estado desde o último dia 11 de setembro. O termo tem como objetivo colocar as políticas de saúde no município em consonância com a Política Nacional de Saúde Mental, estabelecida pela Lei 10.216/2001.

Durante o período de interdição, a direção do hospital terá de providenciar as adequações necessárias, que serão acompanhadas pela prefeitura. Após esse prazo, será feita nova vistoria.

Abep – 2012: em defesa do bem social



A licenciatura foi um dos temas discutidos pela Abep em 2012, que organizou fóruns, mesas redondas e simpósios em vários estados do Brasil.

O ano de 2012 representou um grande esforço da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e dos Coordenadores de Curso de Psicologia do país, na discussão sobre as Diretrizes Curriculares da Psicologia e da organização dos Projetos Político-pedagógicos que passam a incluir a formação do Licenciado em Psicologia.

As Diretrizes Curriculares não foram obra do acaso. Desde 2006, quando discutíamos a inserção da Psicologia no Ensino Médio, tínhamos clareza da necessidade de formação de professores de Psicologia.

Fomos reconhecendo nossa presença nos cursos de Ensino Médio Regular e nos Cursos Técnicos de Nível Médio, em áreas como saúde, gestão de pessoas, nutrição, entre outras.

Era consenso entre a ABEP e representantes no CNE: a necessidade da volta das Licenciaturas, e a importância de que não se dissociasse a formação do psicólogo da formação do professor.

Em março de 2011 foram aprovadas pelo CNE as Diretrizes Curriculares de Psicologia, em que a Licenciatura

aparece como formação complementar à do psicólogo, cuja oferta seria obrigatória para as instituições e optativa para os alunos. Embora nas diretrizes de 2004 a Licenciatura já constasse como projeto complementar, a imprecisão das normas levou à interrupção da oferta dessa modalidade em praticamente metade dos cursos de Psicologia. As Diretrizes de 2011 vieram regulamentar e viabilizar a oferta das licenciaturas.

Consideramos que muito se poderá aperfeiçoar na formação do psicólogo, pois conhecimentos do campo da Educação e do cotidiano escolar, passariam a compor as experiências de formação dos psicólogos (os).

Passamos a levar a discussão das licenciaturas a diversos eventos acadêmicos e profissionais, em mesas redondas e simpósios, e nos Fóruns de Coordenadores organizados pela ABEP. Estivemos presentes em importantes eventos científicos e profissionais do país – CONPE, Congresso ABRAPSO, Congresso SBP, Mostra de Psicologia, além de eventos regionais.

Em março realizamos também um Seminário ABEP na cidade de

SP, com o objetivo de discutir as Diretrizes e seus desdobramentos. Pudemos intensificar nosso diálogo com os coordenadores por meio de uma e-lista, que se tornou um espaço de constante debate.

Embora houvesse inicialmente uma grande resistência à volta das Licenciaturas, em nossos diálogos com os coordenadores problematizamos as questões e pudemos perceber o compromisso dos coordenadores com a implantação da licenciatura de forma séria e comprometida com a qualidade da formação.

Outros compromissos não menos importantes têm sido assumidos pela ABEP, em consonância com o FENPB e o CFP: o movimento contra a medicalização da sociedade e da Educação; a defesa da Resolução 001/99, que veta o tratamento da homossexualidade como doença e sua consequente estigmatização e discriminação; o debate e posicionamento a respeito do ENADE.

Consideramos que, ao final deste ano, muito trabalho e diálogos marcaram nossa trajetória, e esperamos que, no próximo, possamos intensificar nossas conversas não apenas com os coordenadores de cursos, mas com os docentes e estudantes de Psicologia. Seguiremos parceiros do CFP, do FENPB, da CONEP, da ABRAPEE, da ALFEPSI, da ULAPSI, na defesa de uma Psicologia latinoamericana comprometida com o bem social, implicada com a vida e os dilemas de nossos povos.

Ângela Soligo – Presidente da ABEP

Processos Éticos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 473/12- ORIGEM: CRP-05
ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 05ª região que aplicou a pena de Advertência. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Advertência;
DECISÃO CFP: Advertência;
DATA DO JULGAMENTO: 05/10/2012
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATORA: MARILDA CASTELAR

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 866/12- ORIGEM: CRP-06
ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 06ª região que decidiu arquivar o processo ético. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento;
DECISÃO CFP: Arquivamento;
DATA DO JULGAMENTO: 05/10/2012
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATOR: HENRIQUE JOSÉ LEAL FERREIRA RODRIGUES

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 887/12- ORIGEM: CRP-11
ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 11ª região que aplicou a penalidade de Advertência. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Advertência;
DECISÃO CFP: Arquivamento;
DATA DO JULGAMENTO: 05/10/2012
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATORA: MARIA ERMINIA CILIBERTI

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2166/11- ORIGEM: CRP-03
SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 03ª região que aplicou a pena de Suspensão do Exercício Profissional e Multa. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Suspensão do Exercício Profissional e Multa;
DECISÃO CFP: Suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias;
DATA DO JULGAMENTO: 05/10/2012
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATOR: ALUIZIO LOPES DE BRITO
REVISORA: MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 4484/11- ORIGEM: CRP-04
ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 04ª região que aplicou a penalidade de Censura Pública. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Censura Pública;
DECISÃO CFP: Advertência;
DATA DO JULGAMENTO: 05/10/2012
PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM
RELATORA: HELOIZA HELENA MENDONÇA ALMEIDA MASSANARO
REVISORA: CYNTHIA R.C. ARAUJO CIARALLO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 1004/12- ORIGEM: CRP-06
ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 06ª região que aplicou a penalidade de Censura Pública. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Censura Pública;
DECISÃO CFP: Advertência;
DATA DO JULGAMENTO: 05/10/2012
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATORA: ROSELI GOFFMAN



Agenda

Confira os eventos do 1º trimestre de 2013:

Certificação Internacional Hipnose Ericksoniana Avançada

Data: 10 a 13/01/2013
E-mail: info@elsever.org
Site: www.elsever.org
Telefone: (11) 3739-1360
Endereço: Av. Paulista, 1776

Curso de Aperfeiçoamento em orientação Vocacional / Profissional

Data: 14 a 18/01/2013
E-mail: colmeia@colmeia.org.br
Site: www.colmeia.org.br
Telefone: (11) 3881-1545
Endereço: Rua Marina Cintra, 97 -
Jd. Europa - SP - Capital

VII curso de Verão em Psicobiologia

Data: 14 a 25/01/2013
E-mail: horiqini@hotmail.com
Site: www.psicobio2013.webnode.com
Telefone: (16) 8163-1581

Pós-graduação em Psicologia Hospitalar – Hospital Israelita Albert Einstein

Data: 22/02/2013 a 15/12/2013
E-mail: pos_psicologia@einstein.br
Site: <http://www.einstein.br/Ensino/pos-graduacao-e-mba/Paginas/pos-graduacao-em-psicologia-hospitalar.aspx>
Telefone: (11) 2151-1001
Endereço: Av. Albert Einstein, 627 - 1o.
SS - bloco A - Morumbi
São Paulo – SP

MBA 2013 em Economia e Gestão em Saúde

Data: 06/02/2013 a 11/12/2013
E-mail: economiasaude@epm.br
Site: www.ecosaude.com.br/mba2013
Telefone: (11) 5575-6427
Endereço: UNIFESP|GRIDES

Especialização em Terapia Comportamental Cognitiva

Data: 02/03/2013 a 27/06/2015
E-mail: gestaodecursos@estresse.com.br
Site: www.estresse.com.br
Telefone: (19) 3234-0288
Endereço: Rua Tiradentes, 289
conj 91

Formação em Terapia Cognitiva Comportamental Infantil

Data: 01/03/2013 a 06/12/2014
E-mail: ibneuro@ibneuro.com.br
Site: <http://ibneuro.org>
Telefone: (61) 3226-3002
Endereço: Belo Horizonte, Minas Gerais

Especialização em Psicanálise – Curso Fundamental de Freud a Lacan

Data: 01/03/2013 a 30/11/2014
E-mail: poslondrina@pitagoras.com.br
Site: Facebook: <https://www.facebook.com/events/330106607087496/> Pitágoras: <http://voicespecialista.com.br/Site/DetailCursos.php?IdSiteTipo=pi&estado=PR&IdUnidade=38&IdArea=Sa%FAde&IdCurso=214>
Telefone: (43) 3373-7333
Endereço: Rua Edwy Taques de Araújo, 1100, 86047-500,
Londrina-PR

Treinamentos em Serviço promovido pelo Depto. de Psicologia Médica e Psiquiatria - FCM/UNICAMP

Data: 01/03/2013 a 01/03/2014
E-mail: psi@fcm.unicamp.br
Site: <http://www.fcm.unicamp.br/fcm/departamentos/departamento-de-psicologia-medica-e-psiquiatria/treinamentos-em-servico>
Telefone: (19) 3521-7206

Especialização em Neuropsicologia Clínica

Data: 14/03/2013 a 24/01/2015
E-mail: ibneuro@ibneuro.com.br
Site: <http://ibneuro.org>
Telefone: (61) 3226-3002
Endereço: CRS 504 Bloco C Entr 37

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia Jurídica

Data: 22/03/2013 a 22/03/2015
E-mail: ipebj@ipebj.com.br
Site: <http://www.ipebj.com.br/cursos-Detalhes.php?codcs=119>
Telefone: (16) 3624-1724
Endereço: Av. Senador César Vergueiro, 505, sl. 16 Ribeirão Preto
São Paulo – Brasil

Curso de Formação em Psicologia Perinatal

Data: 23/03/2013 a 10/11/2013
E-mail: atende@psicologiaperinatal.com.br
Site: www.psicologiaperinatal.com.br
Telefone: (11) 3032-6905
Endereço: R. Ferreira de Araujo, 221,
conj 96

II Psinep - Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades - Recife – PE

Data: 20 a 24/03/13
Site: anspsinep.cfp.org.br

Psicólogo/a:

Para receber os boletins do CFP, cadastre seu email em www.cfp.org.br

Fique Legal!



FIQUE POR DENTRO DO QUE ACONTECE NO MUNDO DA PSICOLOGIA!

Participe de seminários, debates, congressos e outras atividades que vão aprimorar sua formação! Acesse vídeos, baixe publicações, veja galeria de fotos de eventos e receba boletins com as notícias da Psicologia! Para isso, atualize seu cadastro no link <http://www.cfp.org.br>!

Para ser psicóloga (o) no Brasil é preciso ter diploma e estar regular em seu Conselho Regional. Comemore os 50 anos da Psicologia e aproveite para ficar em dia com seu Conselho Regional.

A regularização, sem juros ou multas, pode ser feita até o dia 31/12/2012.



**CAMPANHA DE REGULARIZAÇÃO
TÉCNICA DAS(OS) PSICÓLOGAS(OS)**